

30 ABR 2014

GAZETA DO POVO

» PESCADORES

Corregedoria vai inspecionar ações

PARANAGUÁ

Oswaldo Eustáquio

A Corregedoria de Justiça do Paraná aceitou o pedido de Inspeção de Diagnóstico Estrutural no cartório da 2.ª Vara Cível de Paranaguá, solicitado pela juíza Mércia Nascimento Franchi no dia 24 de abril. A *Gazeta do Povo* mostrou nas semanas anteriores a dificuldade dos pescadores do Litoral na busca de informações de seus processos contra a Petrobras devido aos acidentes ambientais ocorridos em 2001. Um exemplo é a pescadora Martha Teodoro Volochen. O processo 291/08 em nome dela está em carga com os advogados desde 2011, segundo informações da Assejepar. Segundo a juíza, o cartório não tinha metodologia de trabalho, o que gerou falhas que fizeram com que os pescadores não tivessem acesso aos seus processos.

Na prática, 12 servidores do Tribunal de Justiça do Paraná foram designados para organizar a vara cível, eliminando as pendências e encontrando eventuais irregularidades, que se forem identificadas devem ser apuradas pela Justiça. A prioridade são os processos que os pescadores, mas o trabalho será realizado nos mais de 25 mil processos que tramitam na 2.ª Vara de Paranaguá.

O serviço é coordenado pela Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná e deve durar quatro meses. Logo no início do trabalho já foi identificado que só da Petrobras existem 7.393 processos no cartório.

A reportagem, o juramentado do Cartório, Paulo Cosmo, admitiu as falhas e disse que elas ocorreram devido ao acúmulo de serviço no cartório, que mesmo com 14 funcionários não conseguiu dar conta da demanda. “Estamos trabalhando para regularizar a situação, inclusive colocando no sistema os dados de cada processo.”

O objetivo é agrupar processos conforme a fase em que cada um está. Segundo a juíza de Paranaguá, este agrupamento permitirá a celeridade do andamento dos processos. “Pretendo fazer novos mutirões com juízes da capital. Além disso, se nós tivermos mil processos em condições de emitir o alvará, o ato pode ser praticado de uma só vez, caso os processos estejam agrupados nesta fase.”

Após denúncias de que advogados teriam se apropriado indevidamente de indenizações, centenas de pescadores se dirigiram ao Fórum de Paranaguá para buscar informações sobre seus processos, aumentando a demanda dos cartórios.

30 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Econorte está proibida de mudar contratos sem a devida divulgação

Amanda Audi

A Justiça Federal proibiu novas alterações “secretas” — sem o conhecimento da União — no contrato do governo do Paraná com a concessionária Econorte. O Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) também foi proibido de fazer modificações no contrato sem publicação na imprensa oficial e também deve divulgar todos os atos que já modificaram o contrato, na íntegra, em até 60 dias. A liminar foi concedida pelo juiz Rogério Cangussu Dantas Cachichi no início deste mês.

A decisão é consequência de uma ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF) de Jacarezinho, no Norte Pioneiro. Uma ação parecida, contra as outras cinco concessionárias que atuam no estado, será ajuizada pela procuradoria de Curitiba nos próximos 15 dias, segundo o MPF.

Um dos argumentos do MPF na ação é a duplicação de um trecho da PR-445, entre a interligação da BR-369 até o município de Cambé, que foi autorizada sem aprovação do governo federal. Nesse caso, o juiz comenta que apesar de a estrada ser estadual, a obra impacta no conjunto da concessão. Por isso deveria ter o aval da União.

O MPF também pedia, na ação, a suspensão de dois procedimentos considerados irregulares — a obra de duplicação da PR-445 e a restauração

dos trechos da concessão em dois períodos de quatro anos em vez de um período de oito anos. Nos dois casos, o juiz não acatou os pedidos.

Na decisão, Cachichi explica que a obra de duplicação não poderia ser suspensa por já estar em estágio avançado, o que poderia causar danos ao usuário. “No particular, concordo com as lúcidas ponderações do ilustre Procurador”, comenta o juiz no texto. A restauração por etapas, ainda segundo ele, não comprometeria o equilíbrio financeiro do contrato.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) disse, em nota e em nome do governo estadual, que recebeu a liminar “com naturalidade” e dizendo que a decisão “não pode ser considerada desfavorável ao Estado já que a orientação da PGE é de que haja participação da União em todas as fases contratuais e todos os atos sejam publicados em conformidade com a lei. Portanto, a decisão do juízo não destoia do que tem sido o posicionamento da PGE.”

O advogado da Econorte, Flávio Bettiga, diz que a concessionária também viu a decisão com tranquilidade. “Não há questionamento sobre o que está sendo feito, só a forma do dispositivo”, disse. Segundo ele, a empresa aguarda que o estado formalize as alterações.

Em matéria publicada em março, a *Gazeta do Povo* mostrou que o MPF identificou, pelo menos, 13 “atos secretos” em contratos de concessionárias de pedágio no estado.

30 ABR 2014

GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO LAVA JATO

Justiça aceita mais três denúncias

Chico Marés

Mais três denúncias oriundas da operação Lava Jato, da Polícia Federal, foram aceitas pela Justiça Federal na tarde de ontem. Duas delas tratam dos doleiros Nelma Kodama e Carlos Habib Chater, ambos acusados de crimes financeiros. A terceira trata de uma suposta tentativa de ocultação de provas por parte do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. Ao todo, 24 pessoas são citadas nas três ações. As denúncias partiram do Ministério Público Federal e foram aceitas pelo juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba.

Com estas três denúncias, chega a oito o número de ações que tramitam sobre o caso na Justiça Federal, com 42 réus. Os crimes incluem lavagem de dinheiro, evasão de divisas, formação de organização criminosa e outros delitos.

Kodama e Chater são acusados de crimes financeiros, especialmente evasão de divisas. Nelma Kodama, com mais oito pessoas, teria usado a empresa Da Vinci Confecções para "promover a evasão fraudulenta" de mais de R\$ 5,3 milhões. Ela é acusada de tentar fugir do país com US\$ 200 mil não declarados, escondidos na calcinha. Kodama também é citada como uma grande operadora do mercado negro. Suas empresas de fachada teriam movimentado R\$ 103 milhões entre 2012 e 2013.

Já Chater é acusado de ser um grande operador do mercado negro de câmbio e te-

ria realizado operações com Kodama e Alberto Youssef, principal alvo das investigações da Lava Jato. Ele também é acusado de usar empresas de fachada para movimentar dinheiro irregularmente. Pessoas ligadas ao doleiro também teriam forjado documentos para justificar operações de câmbio ilegal. Chater já é réu em outra ação da Lava Jato, por suposta lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Outras nove pessoas foram acusadas.

Os dois doleiros foram presos preventivamente pela Polícia Federal. A reportagem procurou a defesa dos dois, mas não teve resposta.

Parentes sob suspeita

Já Costa, que havia sido denunciado por desvios de recursos em obras na refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, é acusado com suas duas filhas e seus genros por suposta tentativa de ocultação de provas. Seus familiares teriam retirado documentos e dinheiro da empresa Costa Global, de sua propriedade, no dia 17 de março, quando a operação foi deflagrada. O episódio é um dos motivos pelos quais vários habeas corpus foram negados ao ex-diretor da Petrobras.

A defesa de Costa alega que suas filhas têm salas comerciais no mesmo prédio da Costa Global, e que estão no local diariamente. Sua presença no edifício seria, portanto, uma coincidência e não teria relação com a operação Lava Jato.

30 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Lula parece querer mudar o passado, diz Gilmar Mendes

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva parece querer mudar o passado. "Felizmente o mensalão deu errado, e felizmente nós logramos punir o mensalão. Acho que isso é um bom resultado, que fortalece a democracia brasileira. Já se disse que nem Deus pode mudar o passado. Mas parece que o ex-presidente acredita que pode fazê-lo", disse. "Talvez o que a gente tenha de se perguntar é o que seria do Brasil se o mensalão tivesse dado certo. Talvez nós já estivéssemos para lá da Venezuela." Em entrevista concedida a uma TV portuguesa, Lula afirmou que o julgamento do mensalão "teve 80% de decisão política e 20% de decisão jurídica". "Estamos numa fase eleitoral e as pessoas precisam encontrar algum discurso para justificar aquilo que é de difícil justificação", afirmou Mendes. Antes dele, os ministros Joaquim Barbosa, presidente do STF, e Marco Aurélio Mello já haviam criticado as afirmações do petista.

NOTA POLÍTICA

Cargos, mais cargos

Um pedido de vistas do deputado estadual Tadeu Veneri (PT) adiou a votação, na CCJ da Assembleia Legislativa, do projeto que cria mais 94 cargos comissionados no Ministério Público do Paraná (MP). A proposta também reduz de 10% para 5% o índice mínimo de servidores efetivos do órgão que deverão preencher funções comissionadas de assessoramento. Antes do pedido de Veneri, o relator da matéria, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), havia dado parecer favorável ao projeto.

COLUNA DO LEITOR

Justiça Eleitoral

Corroborando o que leitor Emilson Coradi escreveu (**Gazeta**, 29/4), eu também quis apresentar uma denúncia à Justiça Eleitoral. Há pouco tempo, um político ocupava quase diariamente um canal de tevê para se promover. Através de e-mails tentei apresentar a denúncia, uma vez que a propaganda era totalmente extemporânea. Sempre recebi a resposta de que eu deveria me dirigir a outro setor da Justiça. Quer dizer, a denúncia não foi recebida.

Antônio Carlos Pacheco

GAZETA DO POVO

ROGÉRIO GALINDO

30 ABR 2014

Ezequias e o organograma

Em setembro passado, esta coluna falava que a Secretaria de Cerimonial e Relações Internacionais, criada em junho de 2013, era uma instituição fantasma. A secretaria, tudo indicava, teria surgido do nada apenas para abrigar Ezequias Moreira, eterno amigo do governador Beto Richa (PSDB) e pivô do escândalo da sogra fantasma. Instalada à beira de uma audiência judicial no processo criminal contra Ezequias, a secretaria não deixava rastros de sua existência para quem quisesse acompanhá-la.

De lá para cá, muito mudou. Duvida? Pois preste atenção às novidades. A secretaria ganhou um site próprio, veja só. Dentro da página oficial do governo, deixou de existir o vácuo anterior. A antiga coordenadoria de cerimonial foi substituída formalmente pela secretaria. Ao contrário do que ocorria antes, há agora um telefone de contato para quem quiser ver se o secretário está trabalhando (é o 3350-2724, caso alguém tenha interesse). E, para quem duvidava da importância de uma secretaria do gênero, ainda mais em tempos de vacas magras como os que enfrenta o governo do estado, há até um organograma mostrando que Ezequias está à frente de quatro coordenações.

Explica o organograma que Ezequias é responsável pela Coordenação do Cerimonial e pela Coordenação de Relações Internacionais. Mas não é só: ele também carrega nos ombros a responsabilidade de chefiar uma Coordenação de Assuntos Internos e ainda encontra tempo para estar à frente da Coordenação de Assuntos Gerais. Não é à toa que, mesmo tendo de deixar viaturas da PM sem combustível por falta de dinheiro, Richa tenha optado por manter mais um salário de secretário na folha. Não houvesse um secretário para chefiar o trabalho da Coordenação de Assuntos Gerais e estaríamos à beira do caos administrativo. Está mais do que justificada a criação do cargo.

Ezequias, com as mudanças, deixou de ser um secretário invisível. Existe até uma foto dele no site e um currículo que lembra sua participação no movimento pela Anistia e na campanha das Diretas Já. Obviamente em nenhum momento informa-se que ele manteve a sogra trabalhando como funcionária fantasma no gabinete de Richa na Assembleia e que, por meio disso, teria desviado meio milhão de reais do erário. Beto, ao nomeá-lo para uma diretoria da Sanepar, antes de elevá-lo a secretário, disse que havia "perdoado o pecador, mas não o pecado".

Mas, é claro: o mais importante, obviamente, não mudou. Ezequias continua secretário, recebendo R\$ 20 mil por mês há dez meses. Com seu salário legal, já recuperou dos cofres públicos só nesse período, sem contar a diretoria da Sanepar, 40% do que teve de devolver pelos desvios cometidos na Assembleia. E, mais importante, continua sem ter tido de passar por uma única audiência judicial no processo que apura o crime da "sogra fantasma". Ainda está de pé a liminar que deu a Ezequias o direito de, por ser secretário, responder em foro privilegiado. Não há notícias de que isso vá ocorrer tão cedo.

Seguiu-se aqui o conselho daquele nobre que dizia no livro "O Leopardo": é preciso que algo mude para que tudo continue como está. A secretaria não é mais invisível. Mas a visibilidade só deixou mais perceptível a sua inutilidade.

30 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Caso Econorte: juiz proíbe alteração contratual 'secreta'

Despacho surge em meio a alerta
de deputados sobre acordo entre
governo estadual e concessionária
que permite aumento de tarifa

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - A Justiça Federal concedeu uma liminar proibindo novas alterações nos contratos do governo do Paraná com a concessionária Econorte. O despacho foi proferido pelo juiz federal Rogério Canguçu Dantas Cachichi no dia 5 de abril, em resposta a uma ação ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) em Jazarezinho, no Norte Pioneiro, mas foi confirmada pelo órgão na noite de ontem.

Pela decisão, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) fica proibido de fazer qualquer modificação, pré-contratual ou contratual, no Programa de Estradas e Rodagens (PER) do Paraná de forma secreta, ou seja, sem que seja comunicado e tenha a anuência da União. O magistrado estipula prazo de 60 dias de antecedência para a publicação dos atos passíveis de mudanças no PER, acompanhados de estudos técnicos.

Nesta semana, os deputados Cleiton Kielse (PMDB) e Tercí-

lio Turini (PPS) tornaram público um termo que autoriza dois aumentos de 4,51% nos pedágios da BR-369, o primeiro em dezembro deste ano e o segundo no mesmo mês de 2015. O peemedebista apresentou um requerimento solicitando que o secretário de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, que é irmão do governador Beto Richa (PSDB), e o diretor-geral do DER, Nelson Leal Junior, respondessem a questionamentos dos parlamentares sobre a questão no plenário da Assembleia Legislativa (AL). A proposta, porém, foi derrubada ontem por 19 votos a 12.

Conforme o aditivo, assinado em maio de 2013, os valores incidirão sobre as tarifas já praticadas nas praças de Jataizinho, Sertaneja e Jacarezinho,

que variam entre R\$ 12,20 e R\$ 14,20. A contrapartida foi a construção de uma passarela na rodovia, inaugurada este mês, em frente ao Parque de Exposições Ney Braga, de cinco quilômetros de terceira faixa em Cornélio Procópio, de um viaduto no cruzamento com a PR-445 e da duplicação da estrada até a fábrica da Sandoz.

Para Kielse, a votação é uma demonstração de que não existe transparência na questão pedágio. Ele afirmou que o termo resultará numa rentabilidade de R\$ 130 milhões em favor da Econorte. "Essa conta que não fecha está tirando do Paraná R\$ 2 bilhões por ano e dando um lucro médio de 60% para as concessionárias, que colocam dinheiro dentro do caixa de pessoas e campanhas eleitorais." Já Turini chamou as obras de "presente de grego".

Aditivo assinado em maio de 2013

*atinge valores do pedágio nas
praças de Jataizinho,
Sertaneja e Jacarezinho*

CONTINUA

30 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

“No momento em que se discute a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) e que a população espera que esse pesadelo do pedágio possa baixar, aparecem mais surpresas desagradáveis.”

O líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), justificou que encaminhou pela rejeição porque não existe “nenhuma possibilidade” de o Estado permitir benefício às concessionárias. “Se ele (Kielse) tem alguma denúncia, que encaminhe ao Ministério Público, que é o órgão competente.”

Em nota, o DER informou que está buscando sanar o passivo deixado pelos ex-governadores Jaime Lerner e Roberto Requião e que todos os “ajustes” são de conhecimento público. “O processo de negociação conduzido pela gestão Beto Richa é transparente e obedece diretrizes determinadas pelo Tribunal de Contas da União”, diz a nota. (colaborou Luís Fernando Wiltemburg/Reportagem Local)

30 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça acata novas denúncias e Lava Jato já tem 42 réus

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A Justiça Federal do Paraná acatou ontem mais três denúncias referentes à Operação Lava Jato, feitas pela força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF), tornando réus mais 23 pessoas por envolvimento em um suposto mega esquema de lavagem de dinheiro investigado pela Polícia Federal (PF). Desde a última semana foram oferecidas oito denúncias à Justiça, sendo que sete já foram acolhidas e transformadas em ações penais envolvendo 42 dos 46 indiciados pela PF.

Nas denúncias de ontem, mais dois doleiros se tornaram réus, Nelma Mitsue Pennasso Kodama e Carlos Habib Chater. A doleira Nelma e outras oito pessoas foram denunciadas pelos crimes de evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Segundo a decisão, os acusados teriam, entre outros crimes, promovido a evasão de US\$ 5,2 milhões por meio de 91 contratos de câmbio fraudulentos para pagamentos de importações fictícias. A denúncia ainda recorda a tentativa da prática de crime de evasão de divisas por Nelma, quando foi surpreendida e presa em flagrante no dia 15 de março, no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, embarcando para Milão, na Itália, na posse de duzentos mil euros escondidos em sua calcinha, sem a Declaração de Porte de Valores.

Já Carlos Habib Chater e mais nove pessoas foram denunciadas por evasão de divisas e formação de quadrilha. Segundo a denúncia do MPF, "Chater é líder do grupo criminoso, e comandaria um grupo dedicado à prática de crimes financeiros, contando com várias empresas de fachada, constituídas e mantidas em nome de laranjas. Além disso, o MPF lembra que Chater manteve negócios com o londrinense Alberto Youssef.

Chater e Kodama continuam detidos na carceragem da Superintendência da PF em Curitiba, assim como os outros doleiros envolvidos na Operação Lava Jato, Alberto Youssef e Raul Henrique Srour. A equipe da FOLHA tentou contato com os advogados dos doleiros denunciados ontem, mas não obteve retorno até o fechamento da edição.

PETROBRAS

A terceira denúncia acatada ontem pela 13ª Vara Federal de Curitiba diz respeito ao ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Além dele, outras quatro pessoas também são réus no processo que apura suposta tentativa de ocultação de provas. Conforme o MPF, durante o cumprimento das buscas realizadas pela PF, Costa teria ordenado que os familiares fossem ao escritório da Costa Global Consultoria, no

Rio de Janeiro, e retirassem materiais que poderiam provar as infrações sob investigação na Operação Lava Jato, antes da chegada dos agentes no local. Costa já é réu numa ação por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro junto com Youssef. Esta ação foi aberta na semana passada.

Apenas uma denúncia ainda não foi apreciada pela Justiça Federal. Ela foi suspensa provisoriamente até que um dos acusados (Rene Luiz Pereira) relacionados no processo se defenda do crime de tráfico e associação para o tráfico de drogas.

30 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Dois investigadores são presos pelo Gaeco

Curitiba - Policiais do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Curitiba prenderam dois investigadores da Delegacia do Alto Maracanã, em Colombo (Região Metropolitana de Curitiba), por suspeita de corrupção. O esquema consistia na cobrança de uma espécie de "mesada" para garantir proteção a comerciantes. O chefe do grupo seria o superintendente da unidade, que foi preso no dia 25, por ter solicitado e recebido R\$ 300 de um comerciante. O valor deveria ser pago todo dia 10. Os investigadores estão detidos em Curitiba. (Reportagem Local)

MAZZA

Tacada

Delegacia famosa, por ser uma das panelas de pressão do sistema, a do Alto Maracanã em Colombo (caso da menina Tayná Adriane da Silva até hoje sem solução num episódio de incompetência larvar) teve a prisão do superintendente na semana passada e agora de mais dois investigadores em ação do Gaeco. Eles, os "tiras", vendiam proteção ao comércio. É por essas e por outras que se pretendia, pela PEC 37, acabar com a investigação por parte do Ministério Público, apoiada pela OAB.

O ESTADO DE S. PAULO

ALOÍSIO DE TOLEDO CÉSAR

Desta vez Lula está com a razão

Se não tivesse sido político o julgamento, ele também poderia estar atrás das grades

30 ABR 2014

O ex-presidente Lula, em entrevista à Rádio e Televisão de Portugal, afirmou que o julgamento do mensalão foi 80% político. A notícia foi publicada em manchete no **Estado** e ganhou destaque praticamente em toda a imprensa brasileira. Todos conhecemos que Lula é especialista em falar coisas que evidenciam o seu despreparo, mas, desta vez, é forçoso reconhecer que ele tem razão: o julgamento do mensalão foi mesmo político, exageradamente político.

Se não tivesse sido político aquele julgamento, Lula poderia estar atrás das grades, ao lado de José Dirceu, José Genoino, Delúbio Soares e mais alguns que faziam parte de seu grupo íntimo, como os banqueiros e o famoso publicitário que lavava dinheiro (e hoje cumpre a mais pesada pena). E por que se pode afirmar que foi político o julgamento?

Quando houve a denúncia do escândalo, teve início o devido processo legal para a apuração dos fatos apontados como criminosos e, ao final, o Ministério Público Federal, a quem competia denunciar os acusados perante o Judiciário, deixou de fora o principal deles – e foi assim que Lula, por evidente influência política, ficou de fora.

Para quem não estudou Direito Penal nem está familiarizado com a matéria, é importante lembrar como transcorreram os fatos. Ao lado do gabinete de Lula, no Palácio do Planalto, havia outro gabinete che-

fiado pelo braço direito dele, o então poderoso ministro José Dirceu. Depois do ex-presidente Lula, quem mais mandava no Congresso Nacional e, a bem dizer, no País era José Dirceu. Pelo seu gabinete, debaixo do nariz de Lula, e com seu notório conhecimento e participação, trafegavam diariamente os políticos seduzidos pelo dinheiro angariado por Dirceu com a ajuda do deputado federal José Genoino e de outros petistas integrantes do grupo íntimo.

O Ministério Público Federal, no entanto, apesar de todas as evidências de que Lula tinha conhecimento e, portanto, participara da trapaça, deixou-o de fora. E por que assim agiu? A primeira versão é a de que faltou coragem, mas a segunda certamente talvez seja a mais verdadeira: não seria oportuno denunciar um presidente da República e, assim, causar enorme trauma ao País, principalmente o presidente que acabara de nomear o procurador-geral de Justiça.

Aqui se remete ao Direito Penal para demonstrar o absurdo de tal decisão. O Código Penal, que está em vigor e não poderia ser esquecido pelo Ministério Público, deixa claro em seu artigo 13 que o resultado de um crime somente pode ser imputado a quem lhe deu causa. E, no mesmo *caput*, completa o raciocínio: “Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido”.

Ou seja, a omissão de quem tem conhecimento dos fatos é tão criminosa quanto a ação, de tal forma que as alegações

de Lula, de que não participou de nada, de que não sabia de nada, de que foi pego de surpresa, serviram apenas para aliviar seus companheiros de partido.

Para que não se tenha dúvida de quanto no Direito Penal é grave a conduta por omissão, vale lembrar o entendimento tanto de doutrinadores como de juízes na linha de que, nos crimes cometidos por omissão, a causalidade não é fática, mas jurídica, pois consiste em não haver o omitente atuado, como deveria e poderia atuar, para impedir o resultado.

O Supremo Tribunal Federal – a quem Lula imputa julgamento 80% político –, em suas seguidas manifestações ao longo de décadas, sempre entendeu que omitir não é não fazer nada, mas, sim, não desenvolver uma determinada conduta, contrariando uma norma jurídica em que se contém comando de agir.

Enfim, a omissão no caso se torna penalmente relevante, porque o agente Lula tinha condições de agir para impedir o resultado final e evitar o assalto aos cofres públicos. O ex-presidente, naquele momento, se estivesse realmente isento de culpa, poderia acabar com a trapaça e pôr para fora do Palácio do Planalto, e até mesmo da vida pública, aqueles seus amigos que enchiam os bolsos de dinheiro e permaneciam ao seu lado.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

30 ABR 2014

São evidentes, assim, os indícios de que Lula cometeu claro crime comissivo por omissão, e, portanto, a ausência de ação punitiva pelo Ministério Público Federal representa até hoje um tapa na cara de cada um de nós, brasileiros. Tanto que o próprio inocentado hoje dá entrevistas para criticar o julgamento e alegar que nele houve influência política.

Outra declaração que ele fez, do mesmo calibre, é a de que não houve mensalão e um dia a história vai ser recontada. Ora, nós estamos vivendo períodos conturbados da história política brasileira, em que a Comissão da Verdade apura crimes cometidos durante os anos de chumbo – aqueles em que o Brasil era governado por generais. Esse trabalho, por sua importância, não deveria ser restritivo. Seria mesmo desejável que o ex-presidente Lula se dispusesse a depor perante tal comissão e contasse toda a verdade, que conhece mais do que ninguém, a respeito do mensalão.

O Brasil tem o direito de saber como tudo aconteceu e quem são os culpados e os inocentes. Lembre-se que os réus condenados pelo Supremo Tribunal Federal estão todos presos e, portanto, se houve injustiça nessas condenações, o ex-presidente faria um favor não só ao País, mas também aos condenados, que talvez nessa conduta encontrassem argumentos para ingressar com ações revisionais das condenações.

O que se mostra ofensivo à inteligência de cada um de nós é o fato de alegar que o julgamento foi político, como se ele próprio não tivesse sido o principal beneficiário dessa conduta lamentável e que projeta uma luz negra sobre uma instituição à qual, em milhares de outros assuntos, o País tanto deve: o Ministério Público Federal.



É DESEMBARGADOR APOSENTADO
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO
PAULO. E-MAIL: ALOISIO.PARANA@
GMAIL.COM

30 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO Não dá para levar a sério



Não se deve levar a sério quem não leva a sério a si mesmo. Diante das nuvens que ameaçam carregar de sombras o cenário eleitoral, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu abrir a caixa de ferramentas e “partir para cima” de quem ou o que quer que seja que represente risco para o projeto de perpetuação do PT no poder.

Tem aproveitado todas as oportunidades para exercitar sua conhecida e inextinguível desfaçatez. Na noite de sábado passado, em entrevista à TV portuguesa, chegou ao cúmulo, ao interromper a entrevistadora que queria saber o nível de suas relações com José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares e sair-se com uma inacreditável novidade: “Não se trata de gente de minha confiança”.

Então está tudo explicado. E toda a Nação tem a obrigação de reconhecer que o ex-presidente falava a verdade em agosto de 2006, quando o escândalo do mensalão estourou: “Quero dizer, com franqueza, que me sinto traído. Não tenho vergonha de dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas”. O fato de as pessoas (a “gente”) a que Lula se referia serem o seu então ministro-chefe da Casa Civil – na verdade, um primeiro-ministro *ad hoc* –, o presidente nacional e o tesoureiro de seu partido tinha então toda a importância, a ponto de o presidente se sentir traído.

Mas, em 2006, surfando no prestígio popular garantido pelo sucesso de seus projetos sociais, Lula reelegeu-se presidente e, cheio de si, subestimando como de hábito o discernimento das pessoas, começou a, digamos, mudar de ideia sobre o mensalão.

Afinal, se estava tão bem na foto, por que posar de vítima?

Em novembro de 2009, já na pré-campanha eleitoral do ano seguinte, passou uma borracha nas declarações anteriores e proclamou diante das câmeras de televisão: “Foi uma tentativa de golpe no governo. Foi a maior armação já feita contra o governo”.

Exatamente um ano depois, já comemorando a eleição da sucessora que havia escolhido a dedo, anunciou, onipotente, sua primeira proeza tão logo deixasse o governo: “Vou desmontar a farsa do mensalão”.

Os fatos acabaram demonstrando que Lula não estava com essa bola toda. Provavelmente até hoje ele não entendeu direito como é que um colegiado de 11 ministros, dos quais 8 – esmagadora maioria – foram escolhidos por ele próprio e por sua sucessora, foi capaz de armar uma falseta dessas contra “nós”.

Mas Lula nunca foi de dar bola para os fatos. Quando não gosta deles, simplesmente os descarta. Prefere criar suas próprias versões.

Uma dessas criativas versões, novidade no repertório do grande palanqueiro pela precisão quase científica que aparenta conter, foi revelada nessa entrevista televisiva que concedeu em Lisboa, durante sua estada em Portugal para as comemorações dos 40 anos da Revolução dos Cravos. E bota criatividade nisso: “O mensalão teve praticamente 80% de decisão política e 20% de decisão jurídica”. Quer dizer: a Suprema Corte de Justiça do País tornou-se politicamente cúmplice da “maior armação já feita contra o governo”.

A entrevistadora da TV portuguesa estranhou a esdrúxula divisão, mas o ilustre personagem não hesitou em, novamente, sacrificar a lógica e a coerência em benefício de sua cruzada contra o Mal. E encerrou o assunto: “O que eu acho é que não houve mensalão”.

Pelo menos ele está “achando” – não tem a categórica certeza que demonstrou quando garantiu, na prematura apoteose do pré-sal, que o Brasil se tornara “autossuficiente” em petróleo.

Outra pérola do pensamento lulista foi oferecida aos telespectadores quando a entrevistadora provocou o entrevistado sobre o fato de sua popularidade manter-se incólume enquanto a de sua sucessora despencava. Ato falho ou exacerbação do ego, Lula sentenciou: “O povo é mais esperto do que algumas pessoas imaginam”.

De resto, o fato de, certamente julgando a partir de seu próprio exemplo, entender que a “esperteza” é uma grande virtude do povo brasileiro, Lula dá a exata medida dos valores éticos que cultivava, na hipótese generosa de que cultive algum.

Levá-lo a sério é cada vez mais difícil.

30 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Seminário debate limites entre censura e privacidade



Mídia. Carmen Lúcia falou sobre censura e privacidade

Encontro no Rio sobre comunicação e mercado reúne Ibmec, Instituto Palavra Aberta e estudiosos da mídia

Luciana Nunes Leal / RIO

Em apresentação feita ontem para uma plateia de professores e alunos do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), a ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia afirmou que não se pode confundir responsabilidade com censura e que a imprensa “muitas vezes é a palavra que falta aos que não podem falar”. A liberdade de expressão, afirmou a ministra, “impõe responsabilidade paralela, mas não tem nada a ver com censura”.

Cármen Lúcia falou no primeiro painel do dia, sobre o tema “O que é que garante a liberdade?” – no seminário Comunicação e Mercado no Brasil: Desafios e Oportunidades. Ela defendeu uma discussão profunda sobre a relação entre liberdade e privacidade.

“Temos a invasão de privacidade e a evasão de privacidade. A pessoa vai à Igreja fazer uma doação para o padre e quer que aquilo seja divulgado e publicado. Mas não quer aparecer quando namora escondido. E o jornalista não vai parar na hora que essa pessoa quer”, disse a ministra, ressaltando ainda a diferença entre a liberdade, “uma conquista permanente”, e o direito à liberdade, “que é a concretização da liberdade”.

O seminário marcou o lançamento de uma nova cátedra no instituto, sobre liberdade de expressão – fruto de parceria do Ibmec com o Instituto Palavra Aberta. O professor da USP Eugênio Bucci, também diretor do curso de pós-graduação em Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing, disse que liberdade e privacidade não são excludentes e, ao contrário, “a privacidade é uma conquista da liberdade”. “Não podemos cair na armadilha de acreditar que a liberdade é relativa por força da privacidade”, argumentou o professor, que foi presidente da Radiobrás entre 2003 e 2007, no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva

● Invasão e evasão

“Temos a invasão de privacidade e a evasão de privacidade. A pessoa vai à Igreja fazer uma doação para o padre e quer que aquilo seja divulgado e publicado. Mas não quer aparecer quando namora escondido. E o jornalista não vai parar na hora que essa pessoa quer”

Cármen Lúcia

MINISTRA DO STF

“Não podemos cair na armadilha de acreditar que a liberdade é relativa por força da privacidade”

Eugênio Bucci

PROFESSOR DA USP E DA ESPM

Desafios. A presidente do Instituto Palavra Aberta, Patricia Blanco, destacou que “a defesa da liberdade de expressão é uma luta cotidiana porque todos os dias aparecem novos desafios”. O presidente do Grupo Abril, Fábio Barbosa, elogiou a presidente Dilma Rousseff por defender a liberdade e imprensa e lembrou a frase da presidente de que “o único controle da imprensa deve ser o controle remoto”.

Outro a falar, o vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, Paulo Tonet Camargo, fez uma comparação histórica: “Quando vivermos a liberdade como um valor, estaremos no caminho do desenvolvimento. Quem viveu a transição da ditadura para a democracia sabe o valor da liberdade. Vocês podem imaginar o que é não poder votar para presidente da República?”

Para Tonet, “a informação com credibilidade é a que continuará sendo consumida com certeza por milhões de pessoas”. Também participaram do seminário o diretor do Ibmec, Fernando Schüller, e o diretor de Políticas Públicas da Google no Brasil, Marcel Leonard.

30 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Cardume

Guilherme Sartori e **Luiz Flávio Borges D'Urso** querem pegar carona na popularidade dos pais - em busca de votos nas eleições deste ano.

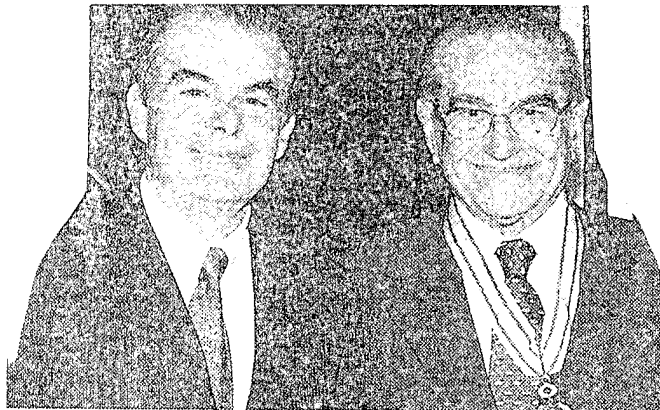
Filhos do ex-presidente do TJ de SP **Ivan Sartori** e do ex-presidente da OAB **Luiz Flávio Borges D'Urso**, serão candidatos a deputado pelo PTB. Sob a tutela de **Campos Machado**.

30 ABR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

NOTA DE FALECIMENTO

Ex-presidente do STF Aldir Passarinho, morre em Brasília aos 93 anos



Aldir Passarinho Junior, ministro do STJ, e Aldir Passarinho, ministro do STF, durante solenidade em 2008

Faleceu ontem (29), em Brasília, aos 93 anos de idade, o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Aldir Passarinho, pai do ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Aldir Passarinho Junior.

Nascido em Floriano (PI), em 21 de abril de 1921, Aldir Passarinho atuou no STF desde 1982. Em março de 1991, assumiu a presidência da corte constitucional, aposentando-se ainda naquele ano.

Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (atual Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Passarinho exerceu a advocacia a partir de 1951.

Após desempenhar vários cargos administrativos, ingressou na magistratura como juiz federal, nomeado em 1967, como titular da 5ª Vara Federal do então estado da Guanabara.

Foi diretor do foro e corregedor na Seção Judiciária da Guanabara e integrou o Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara no

biênio 1973/1974.

Em 1974, foi nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos (TFR). Elegeu-se duas vezes membro do Conselho da Justiça Federal, como efetivo, e integrou o Tribunal Superior Eleitoral, onde ocupou o cargo de corregedor-geral da Justiça Eleitoral.

Em 23 de junho de 1981, assumiu a vice-presidência do TFR e idêntico cargo no Conselho da Justiça Federal. Nomeado ministro do STF, por decreto de 16 de agosto de 1982, para a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Firmino Ferreira Paz, tomou posse em 2 de setembro.

Eleito pelo STF, voltou a integrar o Tribunal Superior Eleitoral, do qual foi vice-presidente e depois presidente, cargo que exerceu até março de 1989.

Tomou posse na vice-presidência do STF em 14 de março de 1989, e como presidente em 14 de março do ano seguinte, exercendo as respectivas funções até 22 de abril do mesmo ano, quando foi aposentado em razão da idade.

30 ABR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

23ª Vara Federal de Curitiba é instalada e já conta com mais de 20 mil processos

O desembargador federal Tadaaqui Hirose, presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e o juiz federal Nivaldo Brunoni, diretor do foro da Subseção Judiciária do Paraná, instalaram a 23ª Vara Federal de Curitiba, com competência em matéria de execução fiscal.

A solenidade, realizada no Foyer da Sede Manoel de Oliveira Franco Sobrinho da JFPR, contou com a presença de aproximadamente 100 pessoas, entre elas a procuradora-Chefe da União no Estado do Paraná, Marcia Aparecida Cotta, o procurador-Chefe da AGU no Estado do Paraná, Clênio Luiz Parizzotto e do juiz federal Eduardo Fernando Ap-pio, titular da recém instalada Vara Federal.

Na presidência do evento, o desembargador federal Tadaaqui Hirose, destacou esta ser uma das últimas varas a serem instaladas na 4ª Região, do total de 230 criadas pela Lei 12.011/2009 para todo o país. “A matéria de execução fiscal tem um dos maiores problemas em volume de ações em Curitiba, por isso a criação de mais uma vara. Nossa intenção é modificar radicalmente o trabalho na Execução Fiscal e cremos que com esta instalação o trabalho será mais célere e resolverá essa questão”, disse o presidente, frisando que a criação dessa Vara Federal faz parte dos festejos alusivos aos 25 anos do TRF4.

30 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça condena Paulo Henrique Amorim por injúria a jornalista

O jornalista Paulo Henrique Amorim, autor do blog "Conversa Afiada", foi condenado pela Justiça paulista ao pagamento de dez salários mínimos por injúria a Merval Pereira, jornalista do "Globo". Cabe recurso à decisão.

O crime ocorreu na veiculação de uma foto de Pereira ao lado do senador Aécio Neves (PSDB-MG) e do ex-senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) no blog de Amorim.

Segundo a decisão, a legenda da imagem dizia: "jornalista bandido, bandido é"

e "na foto, Merval com imortais. Jornalista bandido...".

A foto estava junto ao texto "CPI da Veja. Dias a Merval: vale-tudo não vale nada", publicado em maio de 2012.

Para o juiz Ulisses Augusto Pascolati Junior, a matéria veiculada no blog de Amorim "extrapolou o direito de expressão, atingindo a honra do querelante [Pereira]".

Para Maria Elizabeth Queijo, advogada de Paulo Henrique Amorim, seu cliente fez uso regular da liberdade de expressão e de crítica. Queijo afirma que o jornalista recorrerá da decisão.

Abraji critica decisão da Justiça que condenou jornalista da Folha

DE BRASÍLIA - A Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) criticou decisão da Justiça baiana que condenou um jornalista a seis meses de prisão em regime aberto, convertidos em serviço comunitário, sob acusação de difamação. Para a entidade, casos assim têm de ser tratados no âmbito civil, e a decisão configura "um atentado à liberdade de expressão".

Aguirre Talento, repórter da Sucursal de Brasília da Folha, trabalhava no jornal baiano "A Tarde" quando publicou reportagens sobre supostos crimes ambientais em 2010. O empre-

sário Humberto Riella Sobrinho, do ramo imobiliário, considerou-se difamado.

Em uma reportagem era narrado que o Ministério Público havia pedido a prisão do empresário, já que ele havia sido denunciado por crimes que poderiam levá-lo à detenção. A denúncia de fato foi feita, mas não houve pedido de prisão.

Segundo o juiz Antônio Pereira Silva, Talento agiu "maldosamente". A defesa recorreu da condenação e afirma que a reportagem se limitou a narrar os fatos, sem haver provas de que o jornalista tinha intenção de difamar.

30 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça aceita nova ação contra ex-diretor da Petrobras e familiares

DE SÃO PAULO - O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, suas duas filhas e seus genros são réus numa ação penal sob acusação de tentar ocultar e destruir provas durante busca da Operação Lava Jato no Rio.

A Justiça Federal do Paraná aceitou ontem a segunda denúncia contra o ex-diretor. Costa foi preso em 20 de março porque a Polícia Federal desco-

briu que, enquanto agentes faziam buscas na casa do ex-diretor, suas duas filhas e os genros estariam “retirando volumes significativos de material”.

O advogado de Costa, Fernando Fernandes, alega que a visita dos familiares ao escritório no momento em que ocorria a busca foi mera coincidência, já que as filhas não sabiam que a PF faria buscas no local.

Senado aprova advogado ligado a Renan para vaga de ministro do TCU

DE BRASÍLIA - O advogado Bruno Dantas foi escolhido ontem pelo Senado para assumir a vaga de ministro do TCU (Tribunal de Contas da União).

Com o apoio do PMDB e do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), o advogado derrotou em votação secreta outros dois candidatos indicados por senadores ditos “independentes”. Dantas teve 47 votos contra 11 de Fernando Moutinho, consultor do Senado, e dois de Sérgio Mendes, auditor do TCU.

Os três passaram a disputar o cargo após o senador Gim Argello (PTB-DF) desistir da indi-

cação à vaga, sob ameaça de não ser empossado por ser alvo de condenação judicial — o posto exige “reputação ilibada”, por isso servidores do TCU e o próprio presidente do órgão, Augusto Nardes, fizeram campanha contra Argello.

Servidor licenciado do Senado, Dantas ocupa atualmente o cargo de consultor jurídico da Companhia Siderúrgica Nacional. Formado pela UNB, é mestre e doutor em direito processual civil pela PUC-SP e professor do Instituto Brasiliense de Direito Público.

O nome de Dantas ainda precisa ser aprovado na Câmara.

30 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Ex-assessores de Mantega podem ser processados

Comissão que apura denúncia de propina na Fazenda vê indícios de irregularidades

Braço direito de ministro foi acusado de receber R\$ 60 mil de empresa que tinha contrato com a pasta

DAVID FRIEDLANDER
DE SÃO PAULO

A comissão de sindicância que apura se o ex-chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Guido Mantega, recebeu propina enquanto estava no cargo afirma ter encontrado indícios de irregularidades e recomendou a abertura de um processo administrativo para investigar o caso.

No fim do ano passado, Marcelo Fiche e seu colega Humberto Alencar, então chefe da assessoria técnica do ministro, foram acusados de receber dinheiro de uma empresa que prestava serviços de comunicação à pasta.

O relatório da comissão ficou pronto no mês passado, após cinco meses de apuração, e aguarda parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda. Cabe a Mantega decidir se abre ou não processo contra os ex-assessores.

O resultado da sindicância é sigiloso, mas a Folha apurou que a comissão diz ter encontrado indícios que comprometeriam Fiche, Alencar e outros três servidores.

A assessoria de imprensa da Fazenda afirmou que "o processo investigatório ainda não está totalmente concluído e corre sob sigilo".

Afastados do ministério desde novembro, Fiche e Alencar foram procurados, mas não deram retorno. Em ocasiões anteriores, eles negaram as acusações.

Homem de confiança de Mantega, com quem trabalhava havia sete anos, Fiche, segundo reportagem da revista "Época", teria recebido pelo menos R\$ 60 mil da Partnersnet, empresa que tinha contrato de R\$ 4,7 milhões com a pasta para prestar serviços de comunicação.

Uma ex-funcionária da Partnersnet que supostamente queria se vingar dos patrões disse à revista ter levado dinheiro algumas vezes aos ex-assessores — os donos da empresa negam.

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal investigam o caso.

30 ABR 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Governo do Paraná tenta novamente liberar empréstimo

Procuradoria pede que STF intime ministro da fazenda

A Procuradoria-Geral do Paraná protocolou uma petição no Supremo Tribunal Federal (STF) solicitando que a liminar concedida pelo ministro Luís Roberto Barroso, que confirmou que o estado tem o direito de receber o financiamento de R\$ 817 milhões do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste), seja cumprida.

O Paraná foi o único estado a não receber o recurso, repassado Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vinculada ao Ministério da Fazenda. Desde meados de 2012, o governo estadual tem adotado diferentes medidas para tentar liberar o financiamento.

Na petição, a Procuradoria-Geral do Paraná solicita que Barroso intime a União a cumprir em 24 horas as garantias para a liberação do empréstimo. O documento pede ainda a intimação do ministro da Fazenda, Guido Mantega, com multa diária de R\$ 500 mil, no caso de descumprimento, e apuração da possível responsabilidade penal do ministro, sem prejuízo de outras providências de ordem civil e administrativa.

BEMPARANÁ

KARLOS
KOHLEBACH

30 ABR 2014

Mais uma ação contra ex-diretor da Petrobras

A Justiça Federal do Paraná aceitou a denúncia contra o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, suas duas filhas e seus genros. Eles são acusados de tentar ocultar e destruir provas durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão da Operação Lava Jato. Aliás, o ex-diretor da estatal foi detido justamente porque uma equipe da Polícia Federal (PF) flagrou os familiares de Costa entrando e saindo da sede da empresa Costa Global, no Rio de Janeiro. Segundo relatório da PF, os familiares retiraram documentos e até dinheiro da sede da empresa. Toda a ação dos parentes de Paulo Roberto Costa foi flagrada pelas câmeras de segurança do prédio onde fica a Costa Global. É a segunda ação penal que o ex-diretor da estatal vai responder na Justiça – a primeira diz respeito a acusação de formação de quadrilha e desvios de recursos públicos na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. No início da semana, Paulo Roberto Costa foi transferido da carceragem da PF para uma cela da penitenciária de Piranguara, na região metropolitana de Curitiba.

Cargos no MP

Um pedido de vistas do líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa, deputado Tadeu Veneri, adiou ontem a votação de parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre projeto do Ministério Público Estadual que pretende criar 94 novos cargos comissionados para o órgão. O parecer do relator, deputado Luiz Cláudio Romaneli (PMDB), é favorável à proposta. O impacto financeiro da medida seria de R\$ 5,4 milhões este ano, e outros R\$ 8,3 milhões em 2015, o equivalente a 1,86% da folha de pagamento atual da instituição.